

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
ESPECIALIZAÇÃO EM PERÍCIAS MÉDICAS

RAFAEL POMBALINO BARBOSA

**PERÍCIAS PREVIDENCIÁRIAS, UMA ANÁLISE ATUAL DO SISTEMA.**

CURITIBA  
2018/2019

RAFAEL POMBALINO BARBOSA

**PERÍCIAS PREVIDENCIÁRIAS, UMA ANÁLISE ATUAL DO SISTEMA.**

Artigo apresentado a especialização em Perícias Médicas, do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientador: Dr. Edevar Daniel

CURITIBA

2018/2019

## RESUMO

Este artigo teve o objetivo de discorrer sobre as principais práticas da perícia médica previdenciária. Desta forma, procurou abordar as responsabilidades e atividades do médico perito da previdência social; descrever elementos de composição do sistema previdenciário de benefícios a partir da perícia médica, além de dados relacionados ao INSS. O meio de investigação é a pesquisa bibliográfica, já que se apoia em material especializado e disponível, publicações em livros, informativos e revistas, além de Internet, contemplando também artigos científicos, teses e dissertações. Com o resultado da pesquisa foi possível concluir que as funções periciais no âmbito médico previdenciário são essenciais à definição decisória de afastamento, provisórios ou não, do trabalhador de seus afazeres. Destaca-se que para o esclarecimento de determinadas situações de licença ou aposentadoria o exercício da profissão desenvolvida por um médico perito é imprescindível. Sua atuação se justifica diante da credibilidade atribuída ao conhecimento técnico ou científico necessário. Essa atividade deve ser exercida com ética, zelo e responsabilidade a fim de atingir o objetivo perseguido, tanto em juízo, quanto administrativamente, junto à Previdência Social. São fundamentais o preparo adequado e o desenvolvimento da técnica bem como o conhecimento da legislação que rege a matéria, além de noção clara da maneira como deverá responder aos quesitos, e a prática na redação do laudo. É imprescindível sua capacitação especializada para tal.

Palavras-chave: perícias. previdência. médico perito.

## **ABSTRACT**

This article aimed to discuss the main practices of medical social security. Thus, it sought to address the responsibilities and activities of the social security expert; describe elements of the social security system's composition of benefits from medical expertise, in addition to data related to the INSS. The means of investigation is the bibliographical research, since it relies on specialized and available material, publications in books, informational and magazines, besides the Internet, also contemplating scientific articles, theses and dissertations. With the result of the research it was possible to conclude that the expert functions in the medical social security scope are essential to the decision definition of temporary or non-temporary removal of the worker from his or her duties. It should be noted that for the clarification of certain situations of leave or retirement the exercise of the profession developed by an expert physician is essential. Its performance is justified by the credibility attributed to the necessary technical or scientific knowledge. This activity must be exercised with ethics, zeal and responsibility in order to achieve the objective pursued, both in court and administratively, with Social Security. Adequate preparation and development of the technique are essential as well as knowledge of the legislation governing the matter, as well as a clear notion of how to respond to the questions, and practice in drafting the award. Its specialized training is essential.

Keywords: expertise. social security. medical expert.

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO .....	5
2 – METODOLOGIA.....	6
3 – DESENVOLVIMENTO .....	7
3.1 A PERÍCIA: BASES CONCEITUAIS.....	7
3.1.1 A Perícia Médica: suas principais finalidades .....	7
3.1.2 A perícia médica previdenciária. ....	9
3.2 O MÉDICO PERITO .....	10
4 – DISCUSSÃO .....	12
5 - CONCLUSÃO .....	14
REFERENCIAS.....	15

## 1 – INTRODUÇÃO

A atividade pericial médica é atribuição privativa do médico, podendo ser exercida, desde que investido em função que assegure a competência legal e administrativa do ato profissional. Nos casos em que as situações e fatos correlacionam questões médicas e de saúde humana, ocorre a atividade denominada perícia médica.

O trabalho do médico perito tem sido solicitado pelos juízes, objetivando definir a existência, grau, natureza e causa de lesões físicas ou mentais sofridas por pessoas que recorrem ao Poder Judiciário, na expectativa da reparação de danos sofridos sob a responsabilidade direta ou indireta de terceiros.

A perícia médica lida com instrumentos e propósitos próprios. No que se refere à perícia previdenciária relaciona-se principalmente à admissão e autorização de benefícios decorrentes de incapacidades profissionais, que pode ser decorrente de acidentes do trabalho ou não, bem como doenças ocupacionais ou não. A questão que se coloca é sobre a incapacidade e não sobre a enfermidade.

Assim, no presente artigo a ideia é a de abordar os princípios e fundamentos de perícias previdenciárias, discutindo o papel e as funções do médico perito e a situação do nosso sistema previdenciário (INSS).

Justifica-se a escolha do tema e o desenvolvimento do estudo, inicialmente, por sua contemporaneidade. Trata-se de assunto de interesse abrangente e que merece estudos que se voltem a sua contínua atualização.

Segundo dados do Anuário Estatístico da Previdência Social de 2017, a Previdência Social concedeu aproximadamente 5 milhões de benefícios, dos quais 89,06% eram previdenciários, 6,52% assistenciais e 4,42% acidentários; ao custo de R\$ 6,8 bilhões, valor que representou um acréscimo de 2,14% em relação ao ano anterior .

Assim, o debate sobre a perícia médica realizada pela Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) representa interesse tanto para para profissionais atuantes na área, empresários e a sociedade em geral, dado ao seu custo e a grandiosidade de seu sistema.

## 2 – METODOLOGIA

Quanto à metodologia, o estudo dos caminhos e dos instrumentos que o pesquisador utiliza para fazer ciência conserva a proposta de que não há ciência sem o emprego de métodos científicos. Lakatos e Marconi (2017) explicam que método é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador.

Quanto aos objetivos, baseado em Vergara (2016), apresenta-se como estudo descritivo e explicativo, considerando a literatura pertinente à matéria sobre perícia médica. Identifica-se o meio de investigação como pesquisa bibliográfica, já que se apoia em material especializado e disponível, publicações em livros, informativos e revistas, além de Internet, contemplando também artigos científicos, teses e dissertações.

Portanto, para melhor organização do estudo, o artigo está estruturado em seções, conforme a evolução do assunto. Inicialmente, são feitas considerações sobre a perícia médica, seus fundamentos e princípios, inclusive debatendo sobre questões éticas para, posteriormente, abordar o cenário previdenciário e o sistema no qual se inserem as práticas e políticas periciais.

### **3 – DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1 A PERÍCIA: BASES CONCEITUAIS**

A perícia pode ser compreendida como exame de operações e procedimentos. O termo advém do latim e se relaciona a vistoria técnica e especializada, com a intenção de confirmar dados e estados. Em sua maioria está ligada a comprovação de algo. É necessário distingui-la do processo de auditoria, em que são cumpridos protocolos de análise de documentos e processos (NAKANO et al, 2009).

O papel da perícia, portanto, é a produção e/ou confirmação de elementos comprobatórios com vistas a identificar a ocorrência ou não de um determinado fato, sendo assim a base de decisões legais, já que se propõe a lidar com a verdade. Com isso, multiplicam-se as aplicações da perícia, que há tempos passados era destaca em contextos contábeis e fiscais, como também ligados a processos judiciais (FIGUEIREDO, 2009).

Por vezes, o juízo define peritos em conformidade com o tipo de processo em julgamento a fim de corroborar ou não declarações e reclamações postuladas. Tem por objetivos a verificação dos procedimentos em comparação ao que está relatado em processo, pretendendo compreender como se deu o fato, além de motivos atrelados ao contexto. Geralmente, é deflagrada a partir da identificação ou suspeição de problemas ou impasses entre as partes. Assim, sua realização por determinação do juiz serve para subsidiar (IDEM).

##### **3.1.1 A Perícia Médica: suas principais finalidades**

A perícia médica está baseada em conhecimentos técnicos, seguindo princípios científicos, bem como englobando a investigação médica em processos de natureza administrativa ou judicial. Essa perícia pode ser realizada por questões administrativas, previdenciárias, securitárias, médico-legais e, ainda, forenses/judiciais. O médico perito



tem como função fornecer subsídios, através do laudo e outros instrumentos jurídicos como atestados e pareceres, para que profissionais de outras áreas (por exemplo: juiz, policial) possam fundamentar suas decisões (MAENO, 2009; GOUVEIA, 2014).

Existe ainda, a perícia médica de caráter privado vinculada a instituições operadoras de planos de saúde que procuram monitorar procedimentos de seus associados e conveniados. Além desses, a perícia médica também pode ocorrer no escopo de um processo legal, quando então o perito é designado em juízo. Este pode atuar na qualidade efetiva de perícia ou como assistente técnico do juízo, acatando e atendendo com respostas (após as investigações) a quesitos definidos no próprio processo (ALMEIDA, 2011; SANTIAGO; MORRONE, 2014).

Em ambos os casos citados, quais sejam, para prestação de serviço junto a operadoras de planos de saúde e designado em juízo para assessorar com pesquisas e respostas que confirmem ou não indagações em processos legais, é importante reconhecer que a atividade desenvolvida está diretamente ligada à elucidação de casos específicos. Na maioria das vezes, depende do médico perito a solução ou o esclarecimento de situações (IDEM).

Observa-se que a perícia médica representa uma ação médica própria para obter informações, dados e elementos que comprovem determinado diagnóstico. Não se refere a tratamentos e recomendações, portanto, como especialidade é bem distinta das demais encontradas no espectro do atendimento da medicina. Nesse caso não se torna de fundamental importância a interação médico e paciente, diferentemente de todas as outras relações terapêuticas estabelecidas com esse profissional. Sendo assim, a medicina pericial distancia-se, completamente, da proposta da medicina assistencial (ALMEIDA, 2011).

Nas pesquisas teóricas realizadas, a ética é apontada como o principal pilar da perícia médica, servindo de norte inclusive para o profissional acerca do caminho a tomar nos apontamentos de sua avaliação. Destaca-se a situação delicada que se apresenta ao médico perito, pois ao médico é cobrada postura de atenção e atendimento com fundamento em benfeitoria ao paciente, ou seja, o médico busca o benefício do paciente, ainda que não haja interação e relacionamento assistencial de atendimento, devendo prevalecer os princípios éticos (CHEREM et al, 2009).

### **3.1.2 A perícia médica previdenciária.**

Em relação à Previdência Social, a avaliação pericial é recomendada para os casos de licença médica, readaptação profissional, aposentadoria por invalidez, redução de carga horária, salário família, isenção de imposto de renda, inclusão de deficientes físico em concurso público, pensão para dependente inválido e outros benefícios (BARBOSA et al, 2009; PINTO JÚNIOR et al, 2012; SANTIAGO; MORRONE, 2014).

Na prática, uma definição ampla para perícia médica previdenciária deve considerar a realização de exames de sanidade física e mental. E provém, na maioria dos casos, de licença-médica para que o trabalhador permaneça em afastamento do ambiente laboral por conta de incapacidade provisória. Nesse caso, o afastamento legal pela legislação previdenciária se dá no décimo sexto dia em que o trabalhador já está sem atuar profissionalmente, cumprindo o prazo de quinze dias suportado legalmente pelas empresas (BARBOSA et al, 2009; KERTZMAN, 2010; ZINI LISE, 2013).

A perícia também pode ocorrer na renovação ou prorrogação da licença já em andamento próxima ao seu término, quando se contata a necessidade de renovação ou continuação de tratamentos. Assim, o trabalhador se submete novamente a situação pericial com vistas à avaliação de sua condição para que se determine seu retorno ao trabalho ou ainda não, sendo eleito novo prazo para término da licença ou para novo retorno avaliativo pericial (GOUVEIA, 2014; BITENCOURT, 2016).

Uma outra situação que se apresenta a exigência pericial corresponde às situações de invalidez, que podem ser parciais ou totais. No primeiro caso, existem situações que cabem medidas de reabilitação e reenquadramento funcional. Em ambas as situações de invalidez, a perícia é imprescindível para avaliação do caso e suporte à definição previdenciária (SOUZA, 2008; MAENO et al, 2009).

Ainda sobre invalidez, a perícia é imperiosa para a decisão quanto ao afastamento definitivo por aposentadoria. Na verdade, essa aposentadoria por invalidez ocorre inicialmente por um período determinado de no máximo cinco anos, quando o trabalhador se apresenta periodicamente às avaliações periciais. Findo o prazo total de cinco anos, a perícia é renovada procurando confirmar ou não a aposentadoria por invalidez em caráter definitivo (IDEM).

Segundo o anuário estatístico de 2017, a Previdência Social concedeu aproximadamente 5,0 milhões de benefícios, dos quais 89,06% eram previdenciários, 6,52% assistenciais e 4,42% acidentários. Os benefícios concedidos à clientela urbana atingiram 82,16% e os concedidos à clientela rural somaram 17,84% do total. As espécies mais concedidas foram o auxílio-doença previdenciário (39,8%), a aposentadoria por idade (14,39%) e o salário-maternidade (12,63%), do total. O valor total dos benefícios concedidos em 2017 atingiu R\$ 6,8 bilhões. Cerca de 56,97% dos benefícios foram concedidos a pessoas do sexo feminino .

O valor médio dos benefícios apresentou um crescimento de 4,94% no ano, passando de R\$ 1.305,42 em 2016 para R\$ 1.369,91 em 2017.

### **3.2 O MÉDICO PERITO**

O médico, com cargo, função ou nomeação judicial, para perícia pode ser visto como médico perito e suas funções podem estar ligadas a questões: administrativa, previdenciária, trabalhista, judicial (perito e assistente técnico). Sendo a perícia realizada por profissional da medicina, legalmente habilitado, tem o intuito de informar e esclarecer alguma autoridade sobre fato próprio de sua especificidade funcional, no interesse da justiça e da administração, portanto precisa ser de fato profissional especializado e capacitado para tal (SOUZA et al, 2008; CHEREM et al, 2009)

Quanto mais bem fundamentado for o parecer do médico perito, melhor serão definidas as responsabilidades das partes envolvidas e melhor será a correção do parecer final. Para isso, é necessário que o médico perito tenha conhecimento abrangente acerca da matéria de sua análise. Cabe assim salientar a relevância em sua formação e capacitação com necessidade de atualização permanente de seus conhecimentos (CHEREM et al, 2009; MELO, 2014).

Nesse sentido, cabe destacar que médicos peritos do INSS, contratados para tal recebem treinamento e supervisão compatível para lidar com conceitos éticos e bioéticos, mas também com técnica e conhecimento científico. A eles é ainda exigida postura adequada à interação e relações humanas (ALMEIDA, 2011).

Embora já discutido sobre a ética, cabe acrescentar que o profissional médico perito lida com aspectos subjetivos vinculados a sentimentos, refletidos na relação de confiança que surge da relação médico-paciente, cabendo-lhe a isenção para avaliação correta da situação em tese. Portanto, é necessário destacar que a partir dos princípios legais, a prática profissional do perito deve cuidar para não interferência na condução de tratamentos médicos e terapêuticos definidos pelo médico responsável pelo caso (GOUVEIA, 2014; MELO, 2014; BITENCOURT, 2016).

Além disso, o médico-perito deve atentar para não ceder a tentativas de influências ou imposições de decisões no desempenho de seus serviços, pois seus afazeres devem primar pela imparcialidade e isenção de julgamentos, devendo realizar suas investigações e exames com autonomia, com decisão clara e fundamentada na elaboração do respectivo laudo e relatórios, se for o caso (DINIZ et al, 2007; GOUVEIA, 2014).

## 4 – DISCUSSÃO

Com base nos teóricos estudados, o debate sobre perícia médica previdenciária se apresenta atual. No que se refere à compreensão das propostas e finalidades da perícia de um modo geral pode-se verificar que esta se relaciona a funções de avaliação de contextos, priorizando confirmações ou não de narrativas prévias. Apoiado nos dizeres de Nakano et al (2009) o processo pericial é identificado como apreciação analítica de operações e procedimentos.

Sendo assim, a realização de perícia, a partir dos estudos de Figueiredo (2009), pressupõe a necessidade de avaliar e julgar algo ocorrido ou sinalizado. Visando elencar dados comprobatórios, o resultado pericial subsidia decisões, tanto na esfera administrativa, judicial como médica. No caso da perícia médica realizada por profissional gabaritado a tal aponta a averiguação médica em processos que podem também ser administrativos ou judiciais em consonância aos ensinamentos de Maeno (2009) e Gouveia (2014).

Entretanto, Almeida (2011) e Santiago; Morrone (2014) informam que outros casos peculiares e específicos também exigem a perícia médica, como os planos de saúde. Os mesmos autores também ressaltam a designação desse profissional por juiz para andamento de processos legais. Tais situações estão focadas na aclaração de determinados casos previamente apresentados, quando então, em sua maioria, conforme salientam os autores, as decisões dependem dos documentos emitidos pelas perícias.

Em relação à perícia médica previdenciária, a discussão se volta a sua funcionalidade e aplicabilidade frente as diversas instâncias nas quais é necessária e requerida. Seja por afastamentos provisórios ou definitivos, ou ainda na prorrogação ou renovação de casos já avaliados anteriormente, a perícia previdenciária é indispensável à concessão de benefícios.

Sendo de suma e ampla responsabilidade, os autores estudados apontam situações distintas em que depende exclusivamente da avaliação constante em laudos periciais a decisão sobre o andamento de processos de incapacidades laborais, que afastam o trabalhador e lhe concede benefício previdenciário. As situações podem culminar, inclusive, com aposentadorias.

O desafio salientado pelos autores estudados consiste praticamente na base ética essencial à consecução do trabalho do perito, que embora exercendo os princípios da medicina deve primar por manter isenção à terapêutica do médico assistente ao caso, além de emitir parecer em conformidade às questões avaliadas que determinam se o trabalhador pode ou não continuar suas atividades profissionais.

Nessa linha, salientam-se as diretrizes éticas que devem compor a prática do profissional médico perito, que, por sua vez, necessita manter-se em contínua atualização, já que lida com questões múltiplas e variadas referentes à do trabalhador em situação avaliativa. O sistema atual está baseado em diretrizes legais e os profissionais que o integram têm que necessariamente se manter em consonâncias às regras internas, aos códigos éticos e aos princípios científicos e técnicos da medicina.

## 5 - CONCLUSÃO

Ao final do estudo observam-se que as funções periciais no âmbito médico previdenciário são essenciais à definição decisória de afastamento, provisórios ou não, do trabalhador de seus afazeres. Destaca-se que para o esclarecimento de determinadas situações de licença ou aposentadoria o exercício da profissão desenvolvida por um médico perito é imprescindível. Sua atuação se justifica diante da credibilidade atribuída ao conhecimento técnico ou científico necessário.

Essa atividade deve ser exercida com ética, zelo e responsabilidade a fim de atingir o objetivo perseguido, tanto em juízo, quanto administrativamente, junto à Previdência Social. São fundamentais o preparo adequado e o desenvolvimento da técnica bem como o conhecimento da legislação que rege a matéria, além de noção clara da maneira como deverá responder aos quesitos, e a prática na redação do laudo. Nesse caso, as perícias não podem ser realizadas por profissional médico que se julgue apto a realizar perícias. É imprescindível sua capacitação especializada para tal.

O sistema previdenciário prevê as funções periciais como basais as decisões sobre afastamentos por incapacidades laborais. Portanto, em uma visão ampla é válido reconhecer a relevância da matéria que precisa e deve ser continuamente estudada e atualizada. A fim de evitar interpretações equivocadas faz-se necessário que todo o procedimento seja realizado na observância absoluta da legislação e em conformidade as premissas e regimentos dos órgãos previdenciários.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, E. H. R. Aspectos bioéticos da perícia médica previdenciária. **Rev. bioét (Impr.)**; 19(1): 277 – 98, 2011.

BARBOSA, L. et al. Diversidade corporal e perícia médica: novos contornos da deficiência para o Benefício de Prestação Continuada. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 8, n. 2, 2009.

BITTENCOURT, A. L. M. **Manual dos benefícios por incapacidade laboral e deficiência**. Curitiba: Alteridade Editora, 2016.

CHEREM, A. J. et al. Perícia médica e reabilitação profissional: o atual modelo de perícia e uma proposta multidimensional aplicada em um projeto piloto em Santa Catarina. **Acta Fisiátrica**, v. 16, n. 2, p. 93-98, 2009.

DINIZ, D. et al. Qual deficiência?: perícia médica e assistência social no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 2589-2596, 2007.

FIGUEIREDO, A. M. **Responsabilidade civil e penal do perito**. In: Braga, E. B (coords). Perícia Médica. Brasília: Conselho Federal de Medicina: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás, 2012.

GOUVEIA, C. A. V. **Benefício por incapacidade & perícia médica: manual prático**. Curitiba: Juruá, 2014.

KERTZMAN, I. **Curso prático de direito previdenciário**. Salvador (BA): JusPodivm, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAENO, M. et al. Reabilitação profissional como política de inclusão social. **Acta Fisiátrica**, v. 16, n. 2, p. 53-58, 2009.

MELO, M. P. P. Governo da população: relação médico-paciente na perícia médica da previdência social. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, p. 23-36, 2014.

NAKANO, S. M. S. et al. **Perícia médica**. In: Braga, E. B (coords). Perícia Médica. Brasília: Conselho Federal de Medicina: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás, 2012.



PINTO JÚNIOR, A. G. et al. Evolução da saúde do trabalhador na perícia médica previdenciária no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 2841-2849, 2012.

SANTIAGO, M. P.; MORRONE, L. C. Caracterização do nexó técnico epidemiológico pela perícia médica previdenciária nos benefícios auxílio-doença. **Rev. bras. Saúde ocup**, v. 39, n. 130, p. 239-246, 2014.

SOUZA, N. S. S. et al. Doenças do trabalho e benefícios previdenciários relacionados à saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, p. 630-638, 2008. TAKAHASHI, M. A. B. C.; IGUTI, A. M. As mudanças nas práticas de reabilitação profissional da Previdência Social no Brasil: modernização ou enfraquecimento da proteção social? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 2661-2670, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZINI LISE, M. L. et al. Isenção e autonomia na perícia médica previdenciária no Brasil. **Revista Bioética**, v. 21, n. 1, 2013.

PREVIDENCIA SOCIAL. Anuário Estatístico da Previdência Social (Aeps) 2017. <http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/04/AEPS-2017-abril.pdf>  
Acessado 27/06/19, 19:22 horas.